PLANEJAMENTO E RENOVAÇÃO URBANA: uma análise dos efeitos socioespaciais produzidos por intervenções urbanísticas, em Belém-Pa

Gizele Cristina Carvalho dos Santos [1]

Taynáh de Nazaré Argolo Marinho [2]

André Luiz Santos Alves [3]

Sandra Helena Ribeiro Cruz [4]

RESUMO

Busca-se analisar neste artigo os efeitos socioespaciais produzidos por intervenções urbanísticas realizadas na cidade de Belém, à saber: o Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una e o Projeto Orla. O método de investigação e de tratamento dos dados desta pesquisa teve por suporte o materialismo histórico-dialético, tendo por procedimentos metodológicos: Pesquisa Bibliográfica a partir da utilização de obras de pensadores marxianos e obras de pensadores marxistas; e Pesquisa Documental, por meio da coleta de documentos da Prefeitura Municipal de Belém e do Governo do estado do Pará. A partir da pesquisa foi possível identificar que a cidade de Belém foi e continua sendo um território socioespacial complexo devido ainda hoje possuir graves problemas devido as áreas sem ou com pouco saneamento básico. Ademais, o planejamento estratégico de cidade adotado vem produzindo efeitos socioespaciais diversos sobre a reprodução social da classe trabalhadora, segregando-a do Direito à Cidade.

Palavras-chave: Planejamento Urbano. Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una. Projeto Orla.

ABSTRACT

This article seeks to analyze the sociospatial effects obtained by urban operations carried out in the city of Belém, namely: the Macro-drainage Watershed of the Una Project and the Orla Project. The method of investigation and treatment of the data in this research was supported by the historical-dialectical materialism, having as methodological procedures: Bibliographic research based on the use of works by Marxist thinkers; and Documentary Research, through the data from the Municipality of Belém and the Government of the State of Pará.

[1] Universidade Federal do Pará; Assistente Social; Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UFPA); gizele.santos@icsa.ufpa.br.

[2] Universidade Federal do Pará; Assistente Social; Mestranda em Serviço Social no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UFPA); taynah.a.marinho@gmail.com

[3] Universidade Federal do Pará; Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UFPA); drealves182@gmail.com

[4] Universidade Federal do Pará; Assistente Social; Doutora em Ciências Socioambientais pelo Programa de Desenvolvimento do Trópico Úmido (PPGDSTU/NAEA); shelena@ufpa.br.

From the research, it was possible to identify that the city of Belém was and continues to be a complex sociospatial territory because it still has serious problems due to the areas without or with little basic sanitation. Furthermore, the city's strategic planning adopted it has been producing different sociospatial effects on the social reproduction of the working class, segregating it from the Right to the City.

Keywords: Urban planning. Watershed of the Una Project. Orla Project.

1 INTRODUÇÃO

Neste artigo, busca-se analisar brevemente como o planejamento estratégico de cidades vem implicando decisivamente sobre as condições de moradia da classe trabalhadora a partir dos efeitos socioespaciais que produz na realização de intervenções urbanísticas. Desse modo, são analisadas duas grandes intervenções urbanas implementadas na cidade de Belém, estado do Pará, à saber: o Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una, realizado na Bacia Hidrográfica do Una; e o Projeto Orla, realizado na Bacia Hidrográfica da Estrada Nova.

O método de investigação e de tratamento dos dados desta pesquisa foi o materialismo histórico-dialético. Nos procedimentos metodológicos da pesquisa foram realizados: a) Pesquisa Bibliográfica a partir da utilização de obras de pensadores marxianos e obras de pensadores marxistas regionais, nacionais e internacionais; e b) Pesquisa Documental, por meio da coleta de matérias de jornais e dados da Prefeitura Municipal de Belém e do Governo do estado do Pará.

A partir da pesquisa foi possível identificar que o planejamento urbano adotado pelo Estado na cidade de Belém advém da lógica do planejamento estratégico de cidades em que são priorizados os interesses do mercado imobiliário na urbanização e embelezamento da cidade, sendo restrito à classe trabalhadora que não usufrui do espaço renovado e, portanto, tem seu direito à moradia negado.

Este artigo está estruturado em três seções. A primeira refere-se a esta introdução. A segunda seção discute-se brevemente, teórica e historicamente sobre o planejamento e as políticas urbanas no contexto do Estado capitalista. Nas próximas seções buscou-se demonstrar os efeitos socioespaciais da lógica do planejamento estratégico sobre a reprodução social da classe trabalhadora a partir de duas

intervenções urbanísticas implementadas em Belém: na 3º seção, o Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una; e na 4º seção o Projeto Orla. E, na 5º seção é apresentada as considerações finais.

2 A LÓGICA DO PLANEJAMENTO E DAS POLÍTICAS URBANAS DO ESTADO CAPITALISTA

Foi durante o processo de urbanização e industrialização nos países centrais, na Europa, entre os séculos XVIII e XIX, que emergiram as primeiras concepções de planejamento urbano, que inclusive vieram a influenciar a regulação do espaço urbano brasileiro (VILLAÇA, 1990).

Segundo Santos (2007), é em meio ao cenário, de desenvolvimento econômico, que os reformadores sociais e os primeiros urbanistas e os filantropos passaram a sugerir aos governos planos para a melhoria das condições de vida nas cidades e a reversão da realidade caótica, como, por exemplo: um novo tipo de zoneamento, casas jardins, construção de áreas verdes e a separação entre as zonas industriais e residenciais. Apesar do surgimento de planejamento para as cidades, ainda é questionável se esse planejamento foi feito para a classe trabalhadora.

Não seria possível deixar de mencionar uma experiência histórica de planejamento urbano que ocorreu na cidade de Paris, que foi reconhecida por todas as cidades do mundo por conta da sua reforma urbana promovida por Napoleão III, tornando-se o mais usado modelo na modificação da fisionomia das metrópoles até meados do século XX. Segundo Harvey (2014), para Haussmann realizar a sua reforma foi necessário acabar com os velhos bairros pobres de Paris. Esse processo se deu através de expropriação e tudo isso se fez em nome do desenvolvimento cívico, da recuperação ambiental e da renovação urbana. A reforma urbana Haussmanniana:

Salienta-se que esta “reforma urbana”, apesar de ser reconhecida por sua obra física e por ter atendido aos caprichos da burguesia, não se pode dizer o mesmo do ponto de vista social, já que na medida que a cidade sofreu o processo de renovação

urbana, a classe trabalhadora foi sendo segregada para áreas insalubres (HARVEY, 2014).

Ressalta-se que o modelo de planejamento urbano que vem ocupando o trono deixado pelo padrão tecnocrático-centralizado-autoritário é o chamado planejamento estratégico. Este foi inspirado em conceitos e técnicas oriundos do planejamento empresarial, originalmente sistematizados na Harvard Business School e segundo seus defensores, este modelo deve ser adotado pelos governos locais em razão de estarem às cidades submetidas às mesmas condições e desafios que as empresas. Para o autor, esta lógica de planejamento urbano visa a "eliminação da esfera política local, transformada em espaço do exercício de um projeto empresarial (...) transfigurando-a em mercadoria, em empresa ou em pátria" (VAINER, 2002, p. 98).

No mesmo sentido, Sánchez (2001) destaca que esse modelo de planejamento implementado foi uma estratégia utilizada pelo poder político para mercantilizar a cidade. O planejamento estratégico, mesmo aparentando ser democrático e participativo, está vinculado ao ideário neoliberal que "orientou o 'ajuste' das políticas econômicas nacionais por meio do Consenso de Washington". Essa lógica de planejamento a nível local, cumpre o papel de desregular, privatizar, fragmentar e atender os interesses do mercado (MARICATO, 2011).

Diversas concepções de Planejamento Urbano, descrita por Harvey (2014), Vainer (2002) e Sánchez (2001), apontam para uma tendência histórica em âmbito mundial, que reproduz uma lógica em favor do grande capital, em detrimento aos interesses da classe trabalhadora. Infelizmente, essa lógica, que já tinha sido questionada por Engels, em 1872, ainda vem se reproduzindo historicamente no espaço urbano capitalista. Ao observar o processo urbano contemporâneo de grande parte da Ásia (Nova Délhi, Seul, Mumbai) e em áreas como o Harlem e Brooklyn, em Nova York, percebe-se que tais cidades vivenciam os impactos da lógica em questão, representada pelo capitalismo financeiro, e que vem gerando diversas expressões da questão social, tal como o processo de deslocamento e desapropriação (HARVEY, 2014).

Percebe-se então que o movimento de tomada das terras pelo capital financeirizado tem assumido várias formas, uma delas é a compra – a partir da

"regularização" da propriedade e de seu registro como propriedade. Mas isso se dá também por meio das chamadas concessões remuneradas de terras por parte do estado para empresas privadas as explorarem ou cultivarem. Um exemplo apresentado por Rolnik (2015) ocorreu no Camboja, onde desde 1990, mais de 940 mil hectares de terra rural foram concedidos a empresas privadas para o desenvolvimento de plantations agroindustriais. Das 59 concessões, 36 foram feitas para as empresas estrangeiras e para figuras proeminentes do mundo empresarial e político do país. Os processos de usurpação de terras no Camboja não são isolados. Relatos de deslocamentos forçados em função de concessões de terras para atividades agroindustriais também estão presentes em vários outros países, principalmente na Ásia e na África Subsaariana (ROLNIK, 2015).

Situações como estas estão se reproduzindo infinitamente em diversos momentos históricos e em diversos países. Estimava o relatório da Anistia Internacional em 2008, 150 mil pessoas estavam ameaçadas de remoção no Camboja, por conta de disputas por terra, confiscos e novos projetos de desenvolvimento (ROLNIK, 2015).

O cenário internacional mostra que existe uma lógica que permeia a construção da cidade, que por sua vez se distancia das reais necessidades da classe trabalhadora, na medida que existe uma crise da posse e que marca a experiência de vida de milhões de habitantes do planeta. Isto significa que milhões de pessoas foram e estão sendo removidas à força do local de moradia, deslocadas por meio de usurpação de terras e em função de grandes projetos de infraestrutura e renovação urbana, desastres naturais ou conflitos armados (ROLNIK, 2015).

O modelo de planejamento e de políticas urbanas do Estado capitalista adotados, que vem desconsiderando as particularidades de cada região e formas de ocupação tradicionais, torna-se uma engrenagem da máquina de despossessão. Diante desse processo de radicalização da transformação da cidade em empresa, como afirmam Vainer (2002) e Sánchez (2001), não importa está em Dubai, Rio de Janeiro ou Mumbai, pois o processo de despossessão é uma máquina de aniquilamento, material e simbólico, de modos de vida em qualquer lugar do mundo (ROLNIK, 2015).

Verifica-se então que essa lógica de planejamento e das políticas urbanas, não visa transformações urbanísticas definidos a partir das necessidades dos sujeitos, mas um “urbanismo” de projetos, que privilegia o mercado e que vem mercantilizando o Direito à Cidade (ROLNIK, 2015).

A partir desta reflexão inicial, propõe-se agora conhecer as expressões do planejamento e das políticas urbanas locais a partir de duas intervenções urbanísticas na cidade de Belém.

3 PROJETO DE MACRODRENAGEM DA BACIA DO UNA: UM PROJETO QUE MUDOU 60% DO TERRITÓRIO DA CIDADE DE BELÉM

É preciso afirmar que Belém é uma cidade amazônica, caracterizada por uma geomorfologia peculiar localizada cerca de 4m abaixo do nível do mar e cortada por inúmeros, rios, igarapés e seus afluentes, sendo que devido à poluição socioambiental, a maioria foi canalizada pelos poderes públicos municipal e estadual, que defendem esse modelo de urbanização que os aterra e/ou oculta por considerá-los elementos de incivilidade. Em consequência desse tipo de “solução”, a cidade vivencia um dilema, onde sua expansão é atravancada por essas “barreiras” naturais. Diante desse dilema o Estado precisa apresentar alternativas para solucionar os alagamentos nas baixadas belenenses, dessa forma foram e continuam sendo executados vários projetos urbanísticos ao longo da cidade, entre eles o Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una.

De acordo com Sousa (1998), por conta dos constantes alagamentos em uma parte considerável da cidade, o problema das “baixadas” (áreas periféricas de Belém) assume novas proporções à medida que Belém cresce desordenadamente. A resposta urbanística do Governo do Estado é dada por meio do “Programa de Recuperação das Baixadas”, objetivando a urbanização dessas áreas.

A década de 1970 foi também um período de crescimento das pressões exercidas pela população, as necessidades impostas pelo crescimento da cidade, com a consequente valorização da área, a importância de novas áreas para o mercado imobiliário converge com o interesse do Estado na desarticulação política das classes

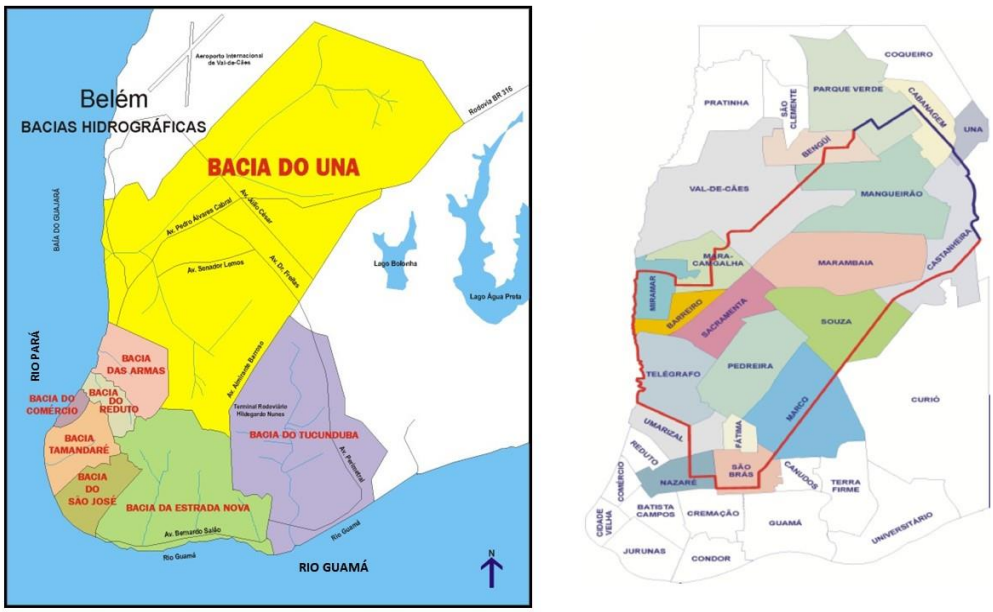
dominantes e no apaziguamento dos possíveis conflitos por conta dos problemas urbanos (ABELÉM, 2018)

Eis então que a partir da segunda metade da década de 1980, segundo Sousa (1998) é pensado um projeto para sanear as baixadas dos bairros da Bacia do Una, o Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una ou simplesmente Projeto Una, concebido inicialmente pela Prefeitura Municipal de Belém (PMB), que buscava financiamento junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, com o apoio do Governo do Estado do Pará, este por sua vez sendo o mutuário do financiamento por questões legais, já que naquele período o BID não financiava municípios.

O PMU foi elaborado e executado pelo Governo do Estado tendo em vista o atendimento à população habitante na área da Bacia Hidrográfica[5] do Una, evidenciada no Mapa 1, o qual transformou profundamente o meio ambiente e a realidade urbana de uma extensa área da capital paraense.

[5] Bacia Hidrográfica é a área ou região de drenagem de um rio principal e seus afluentes. É a porção do espaço em que as águas das chuvas, das montanhas, subterrâneas ou de outros rios escoam em direção a um determinado curso d'água abastecendo-o (ALVES, 2017). A Bacia Hidrográfica do Una que é constituída por 20 bairros, sendo quatro de forma parcial: Marco, Nazaré, São Brás e Umarizal e dezesseis de forma integral: Barreiro, Benguí, Cabanagem, Castanheira, Fátima, Mangueirão, Maracangalha, Marambaia, Miramar, Parque Verde, Pedreira, Sacramenta, Souza, Telégrafo, Una e Val-de-Cans, o que equivale a 60% do sítio urbano do município de Belém, com uma área de 36,64 km² e 397.339 habitantes segundo o último censo do IBGE (2010). Por uma questão técnica e administrativa, o PMU subdividiu a Bacia em sete sub-bacias e mais o Conjunto Residencial Paraíso dos Pássaros – CRPP em Val-de-Cans – onde estão assentadas as famílias que foram remanejadas das áreas alagadas ou alagáveis a baixada do Una. Além do CRPP, existem ainda outras 18 áreas de assentamento, localizadas em outros bairros da referida região geográfica (PARÁ; COSANPA, 2006)

Figura 1 – Bacia Hidrográfica do Una



Fonte: Acervo Kleber Matos (2002).

Para alcançar os resultados cogitados pelo Projeto Una, foi investido US$ 312.437.727 (trezentos e doze milhões, quatrocentos e trinta e sete mil, setecentos e vinte e sete dólares), sendo que deste total. US$ 169.495.067 (cento e sessenta e nove milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil, sessenta e sete dólares) ou 54,2%, financiados pelo Estado do Pará, e US$ 142.942.660 (cento e quarenta e dois milhões, novecentos e quarenta e dois mil, seiscentos e sessenta dólares) ou 45,8% financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (PARÁ; COSANPA, 2006).

O Projeto Una é um projeto extenso, não apenas por sua área de abrangência territorial, mas por estar pautado em três vertentes como o saneamento básico, a renovação urbana e a promoção socioeconômica, tendo sido finalizado em 2005. (PARÁ; COSANPA, 2006).

Com o anúncio do encerramento das obras do PMU em 2004, alguns resultados foram estipulados e esperados, como mostra o relatório “Governo do Estado do Pará / Companhia de Saneamento do Pará – COSANPA / Projeto de Drenagem, Vias, Água e Esgoto das Zonas Baixas de Belém – Projeto Una,

Informações Gerais", emitido pelo órgão de saneamento representante do governo do Estado, a COSANPA (2006, p. 20):

> 1. Aumento das ligações domiciliares às redes de esgoto construídas pelo Projeto;
> 2. Com a paulatina despoluição e a descontaminação, a navegabilidade dos canais permitirá a prática do lazer, de esportes náuticos e as atividades produtivas de agricultura urbana;
> 3. Diminuição significativa do número de casos de doenças por veiculação hídrica;
> 4. A expansão do nível de sensibilização quanto as questões ambientais, criará uma consciência crítica e coletiva que viabilizará o prolongamento da vida útil das obras executadas e a preservação do meio ambiente;
> 5. Incremento da ação participativa entre comunidade e poder público nas discussões sobre políticas públicas.

E que analisando o projeto dezesseis anos após a sua conclusão, é notório a dualidade entre avanços e problemas graves que persistem no quesito de qualidade de vida. O Projeto de fato conseguiu atingir alguns desses objetivos estipulados como disponibilizar para os moradores da Bacia do Una acesso a coberturas de redes de água potável, esgoto sanitário, drenagem pluvial e coleta de lixo, por outro lado, alguns objetivos não foram alcançados ao longo dos anos por falta de interesse do poder público, como no quesito de trabalhar em uma política pública de educação ambiental para os moradores, e também por falta de manutenção do complexo de obras do projeto, a vista que, os canais estão assoreados e sujos, gerando alagamentos e transtornos em alguns pontos da Bacia do Una, o que não deveria acontecer após todos esses anos de intervenção urbanística.

4 O PROJETO ORLA E SEUS EFEITOS SOCIOESPACIAIS NA BACIA HIDROGRÁFICA DA ESTRADA NOVA

O Projeto Orla[6] é um Grande Projeto Urbano (GPU) da Prefeitura Municipal de Belém (PMB) em parceria com o Governo Federal através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na modalidade urbanização de favelas que foi implementado na Bacia Hidrográfica da Estrada Nova (BHEN) no município de Belém (CRUZ, 2012).

[6] O Projeto Orla faz parte de um projeto urbanístico muito mais amplo denominado Portal da Amazônia. O Portal da Amazônia compreende duas intervenções, o Projeto Orla e o Programa de Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN).

A Bacia Hidrográfica da Estrada Nova é considerada uma área de baixada formada pelos bairros do Jurunas, Batista Campos, Cremação e Condor, que juntos compõem diretamente a bacia, os bairros de Cidade Velha, Nazaré, São Brás e Guamá compõem indiretamente a referida bacia. Esta é a terceira maior bacia hidrográfica do município de Belém, com extensão de 9,54 km² e com 72,70% de seu solo constituído de áreas inundáveis pelos efeitos das marés e/ou das chuvas constantes da região (BELÉM, 2008).

O processo de ocupação da BHEN às margens do rio Guamá teve início no século XX, pela população ribeirinha das ilhas que circundam a cidade e de estados vizinhos, que migraram em busca de melhores oportunidades de trabalho e moradia. Por se tratar de terrenos de marinha[7], o processo de ocupação nessa área da orla da Estrada Nova se deu de forma irregular sem a regularização e titulação da posse.

Em relação ao uso do solo, este é constituído por moradias às margens do rio e dos canais com estruturas em palafitas e por moradias com tipologia mistas (madeira e alvenaria), além de atividades de comercialização de madeireiras e estâncias, atividades industriais com o beneficiamento da castanha do Pará e da madeireira por meio de serrarias e de serviços com o transporte de carga de passageiros (BELÉM, 2008).

Nesse sentido, o objetivo da Prefeitura com o Projeto Orla consistiu em reconfigurar a orla da Estrada Nova promovendo por um lado, a melhoria das condições de habitação para a população local e, por outro, abrir janelas para o rio Guamá potencializando o turismo e o mercado imobiliário.

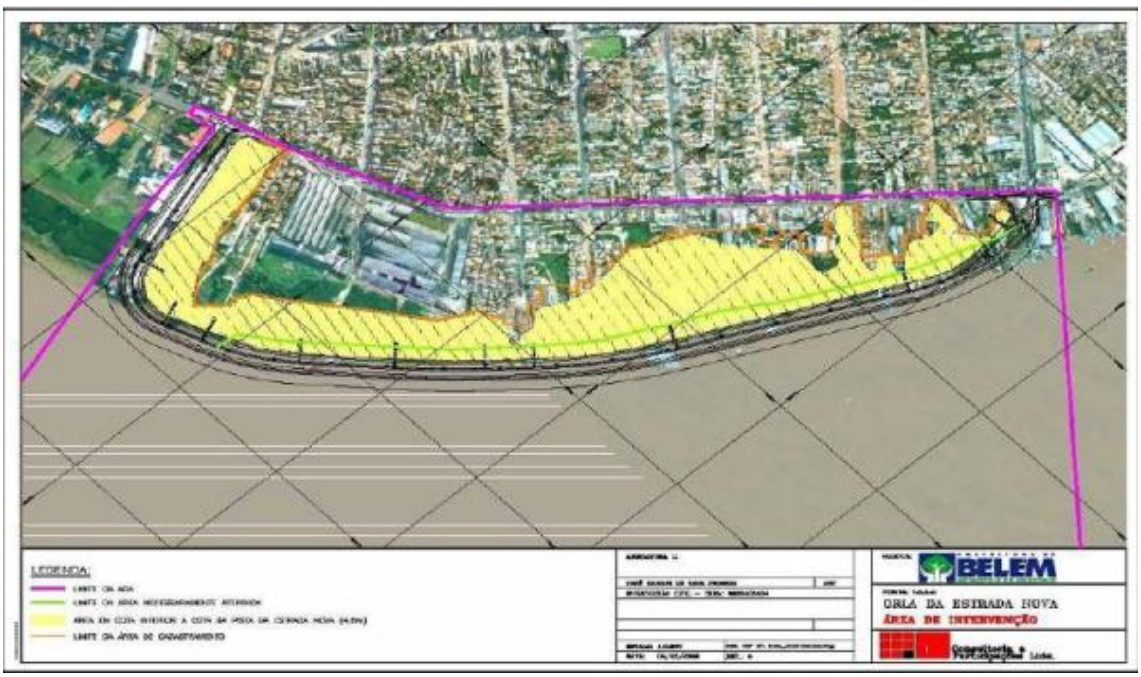
Esta grande intervenção urbanística foi orçada em mais de R$ 125.000.000,00 (Cento e vinte e cinco milhões de reais) e contou parcialmente com o financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (MALHEIROS, 2009). Ressalta-

[7] As áreas denominadas por terrenos de marinha se constituem em terras pertencentes à União, ou seja, de propriedade e administração do Governo Federal, tornando mais complexo o processo de regularização fundiária para população local que faz o uso dessas áreas para fins de moradia (CRUZ, 2012; CARDOSO, 2017).

se que o projeto Orla foi apresentado como a contrapartida da Prefeitura ao BID pelo pedido de empréstimo para viabilizar a implantação do PROMABEN[8] (BELÉM, 2007).

Dessa forma, o Projeto Orla foi realizado em duas etapas, sendo a primeira com o aterramento hidráulico de 70m de largura e 2.200m de comprimento, localizada entre as Ruas Veiga Cabral e Fernando Guilhon, nos Bairros de Cidade Velha e Jurunas, que foi substituído pelo aterro normal. Na segunda etapa foi realizada a urbanização e o paisagismo da orla do rio Guamá, na qual foram previstos inicialmente 6 Km de extensão de pista entre o Mangal das Garças e a Universidade Federal do Pará (UFPA), fazendo uma conexão entre o projeto Orla e o PROMABEN através da Av. Bernardo Sayão (BELÉM, 2006). Entretanto, somente 1,8 Km de pista que compreende o trecho entre as ruas Veiga Cabral à Mundurucus foi realizado.

Figura 2 – Área de intervenção do projeto orla na BHEN em Belém (PA)



Fonte: Belém (2008).

[8] O Programa de Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN) reúne ações referente a urbanização e saneamento ao longo dos canais da Avenida Bernardo Sayão, também conhecida como Estrada Nova.

Para viabilizar a execução do Projeto, se fez necessário o remanejamento de mais de 300 edificações entre moradias e comércios instalados em sua maioria sobre palafitas e aterros precários. Os dados do Levantamento Socioeconômico da área da Orla, realizado pela Secretária Municipal de Habitação (SEHAB) em 2008, contabilizaram a remoção de 388 imóveis correspondentes a 1.428 pessoas nas oito vilas palafitadas sobre o rio Guamá e mais a passagem beira-mar.

Com o processo de remoção dos 388 imóveis em 2008, o Projeto previu o reassentamento de 360 famílias que optaram por uma unidade habitacional a ser construída e entregue na Orla, cuja previsão de reassentamento das famílias se daria em 2010, mas, até o presente momento não foram concluídas em sua totalidade. Das 360 famílias, apenas 16 foram reassentadas nas unidades habitacionais entregues em 2012.

Desde então, as famílias que ainda não obtiveram suas unidades habitacionais aguardam a conclusão do projeto habitacional e recebem o auxílio aluguel no valor de R$ 500, 00 (Quinhentos reais) que não corresponde ao valor praticado na área renovada e valorizada, o que tem gerado diversos conflitos e insatisfação popular.

Dessa forma, verifica-se diversos efeitos socioespaciais gerados a partir da intervenção urbanística do Projeto Orla e que incidem na reprodução social das famílias atingidas diretamente pelo processo de remanejamento da orla da Estrada Nova, dentre os quais destaca-se o empobrecimento em decorrência do aumento do custo de vida na área embelezada, a obstrução das estratégias de sobrevivência de moradia e trabalho, a insegurança da posse em virtude do valor do auxílio aluguel ser insuficiente e ser repassado com atraso às famílias, desmobilização da comunidade dada a dificuldade de mobilizar os moradores que estão dispersos pela cidade.

Outro efeito importante a ser destacado, é a segregação socioespacial tendo em vista que a Prefeitura ofereceu unidades do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) em outros bairros distante do de origem das famílias na tentativa de sanar as demandas emergentes da Associação de Moradores do Projeto Portal da Amazônia (AMPPA).

Nesse contexto, atesta-se que a Prefeitura ao pretender promover a melhoria habitacional na Estrada Nova por meio do Projeto Orla, não teve a moradia de interesse social como centralidade do planejamento da política urbana, ao contrário o que verificamos é a reconfiguração, mercantilização e embelezamento da orla da Estrada Nova para usufruto do mercado imobiliário e dos grandes empresários que buscam na área especulada garantir seus investimentos financeiros.

5 CONCLUSÃO

À luz do referencial teórico escolhido para conduzir esta pesquisa, a partir da bibliografia, dos documentos analisados e das experiências das intervenções urbanísticas implementadas na cidade de Belém, verifica-se que historicamente às cidades vêm sendo guiadas por concepções de planejamento urbano no qual os interesses das frações da classe trabalhadora são menosprezados, mas sim os interesses do capital. A lógica do planejamento estratégico do Estado, irradiada nas várias cidades do mundo, vem cada vez mais tornando o Brasil parte deste circuito de mercantilização das cidades, já que essa lógica tem como centralidade a produção da cidade visando o embelezamento e mercantilização do espaço urbano para usufruto de uma parcela restrita da população, a classe mais abastada e o mercado imobiliário.

Nesse sentido, é visível que a classe trabalhadora vem sendo rechaçada do direito à cidade, na medida em que sua reprodução social nos territórios reurbanizados pelo Estado se torna cada mais inviabilizado em decorrência do aumento do custo de vida na área revitalizada e valorizada e sobretudo com o remanejamento e remoção das áreas.

Entretanto, na contramão desses processos de espoliação urbana, verifica-se que há luta e resistência. A população busca se organizar para reivindicar pelo direito de permanecer na área urbanizada e saneada tais como as famílias em auxílio aluguel através da Associação dos Moradores do Projeto Orla (AMPPA) no âmbito do Projeto Orla e a Frente dos Moradores Prejudicados da Bacia do Una (FMPBU).

REFERÊNCIAS

ABELÉM, Auriléa Gomes. **Urbanização e remoção:** por que e para quem?. Belém: NAEA, 2018.

BELÉM, Prefeitura Municipal. **Estudo e Relatório de Impacto Ambiental do Programa de Recuperação Urbana e Ambiental da Estrada Nova - PROMABEN**. Belém: Engesolo Engenharia Ltda.; PMB, 2007.

BELÉM, Prefeitura Municipal. **Orla da Estrada Nova**. J.G.P. Consultoria e Participação Ltda. São Paulo, junho de 2006.

BELÉM, Prefeitura Municipal. **Plano de Reassentamento:** Portal da Amazônia/Orla (CONTRATO 222.629-71/2008). Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, BELÉM, 2008.

BELÉM, Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Belém. **Relatório do Levantamento Socioeconômico da Estrada Nova.** Belém: SEHAB, fevereiro e março de 2008.

CARDOSO, Welson de Sousa. **Mercado imobiliário e verticalização de empreendimentos residenciais na produção da segregação socioespacial em Belém**. 2017. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

CRUZ, Sandra Helena Ribeiro. **Grandes Projetos Urbanos, Segregação Social e condições da moradia em Belém e Manaus**. 2012. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes:** do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins fontes, 2014.

MALHEIRO, Bruno Cezar Pereira. **Portos, portas e postais**: experiências, discursos e imagens produzindo a orla fluvial de Belém (PA). 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos; Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

PARÁ, Governo do Estado do; BELÉM, Prefeitura Municipal de. **Projeto de Saneamento para Recuperação das Baixadas de Belém – Bacia do Una**. Volume 1, 1987.

PARÁ, Governo do Estado. Companhia de Saneamento do Pará. COSANPA, Companhia de Saneamento do Pará. **Projeto de Drenagem, Vias, Água e Esgoto das Zonas Baixas de Belém** – Projeto UNA. Informações Gerais. Belém: 2006.

ROLNIK, Raquel. Os sem-lugar ou a crise global de insegurança da posse. *In:* ROLNIK, Raquel. **Guerra dos Lugares:** a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

SÁNCHEZ, Fernanda. A reinvenção das cidades na virada de século: agentes, estratégias e escaladas de ação política. **Rev. Sociol. Polit.**, Cutitiba, nº16, p.31-49, jun. 2001.

SANTOS, Cleidiane de Oliveira Sena dos. **Planejamento Urbano do Brasil e a Intervenção Urbanística no Igarapé Tucunduba em Belém/PA – 1997/2004**. 2007. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Centro Socioeconômico, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

SOUSA, Norma Maria Bentes de. **Participação Popular**: reflexões sobre o Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una – Belém/Pará. 1998. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro Rio de Janeiro, Rio de janeiro, 1998.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento estratégico urbano. *In*: ARANTES, O.; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único:** desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2002.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. *In:* DEAK, Csaba; SCHEFFER, Ramon. **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1990.